



MANIFESTO MUDANÇAS CLIMÁTICAS – DA EMERGÊNCIA PARA A URGÊNCIA 47° ENSA - ENCONTRO NACIONAL DOS SINDICATOS DE ARQUITETOS URBANISTAS – SÃO PAULO

Os Arquitetos e Urbanistas de diferentes estados brasileiros e delegados do 47° ENSA - ENCONTRO NACIONAL DOS SINDICATOS DE ARQUITETOS URBANISTAS, realizado pela FNA - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS URBANISTAS, na cidade de São Paulo/SP e também participantes do Seminário Nacional FNA de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo, consternadas e consternados com a situação de agravamento da crise climática e aumento das desigualdades social em todo o planeta, após importante debate realizada a partir do Painel “Mudanças Climáticas – da Emergência para a Urgência decidiram apresentar ao público em geral, governantes, empresários e, especialmente, às trabalhadoras e aos trabalhadores o seguinte Manifesto:

Está claro que o modelo de produção predominante no mundo baseado na expansão do lucro e na acumulação de riqueza, está destruindo o planeta e ceifando vidas sem nenhuma perspectiva de mudança.

A reversão desse quadro é necessária, urgente e deve considerar as responsabilidades das corporações, municípios, estados e federação em uma proposta nova de reparação histórica ambiental e social, racial e de gênero.

Isso só será possível com a união e a luta da classe trabalhadora, que é a classe mais afetada pelas crises no capitalismo, que vive a realidade e os resultados da exploração ambiental e da força do trabalho.

Por outro lado, uma solução civilizada desses problemas está alicerçada na consciência e no engajamento dos demais segmentos sociais e detentores de maior poder dos recursos e dos meios de produção, hoje, necessários à nossa sobrevivência.

Assim, buscando o consenso das forças sociais pela proteção do planeta e das pessoas, é fundamental que nossas cidades, nosso habitar comum, sejam o foco da transformação do modelo predador de produção e reprodução da sociedade, rumo a uma vida mais harmoniosa com o meio ambiente e com a diversidade humana que nos caracteriza com múltiplas cores, conhecimentos, culturas, histórias e formas de amor.

Que sejamos todos livres para viver e buscar a felicidade com apoio de todas e todos, buscando, incessantemente, acabar com o isolamento, os preconceitos e as opressões, construindo a solidariedade, o companheirismo, a união e a harmonia.

Para tanto, no que é referente aos compromissos das arquitetas e arquitetos urbanistas, seguem nossa pauta:

1. É condição precípua para a carreira de estado nas legislaturas, nos poderes executivos municipais e estaduais a presença da expertise da arquitetura e urbanismo no planejamento das áreas propícias à ocupação e uso do solo, amparada nas demais profissões correlatas e que tratam das desigualdades sociais estruturais e de gênero em relação ao direito, à segurança e à dignidade;
2. É necessário envolver a sociedade com as políticas públicas no conhecimento dos riscos potenciais das áreas suscetíveis aos desastres ambientais e abastecer essas áreas com dispositivos de alarme de informação eficiente e esclarecimentos à população diretamente afetada quanto aos riscos não só de escorregamento isolados, mas de desastres de corridas de lama, solapamentos, alagamentos e inundações, visando, no mínimo, preparar a nossa população para proteção imediata;
3. A efetividade para a redução das desigualdades deve ser pautada por um excelente diagnóstico dos municípios nos territórios suscetíveis, com gestão compartilhada e com destinação de recursos para infraestrutura;
4. A Proteção da vida humana começa pela dignidade com a garantia de comunicação eficiente para as áreas e comunidades, devendo ser realizada de forma contínua;
5. A integração das ações de urbanismo deve ser direcionada de forma ativa, com enfrentamento real do conhecimento amplo do território, utilizando toda a tecnologia atual para Monitoramento;
6. A exigência de equipe multidisciplinar para a elaboração do diagnóstico, devendo, também, recrutar a participação de profissionais de outras áreas;
7. O comprometimento das corporações deve ser a partir do envolvimento com a sociedade para minimizar as desigualdades, pois é sabido que, em relação às mudanças climáticas, as populações carentes serão as mais afetadas, inclusive, com relação a oferta de alimentos e a preços regulatórios em função de perdas na produção, distribuição e a oferta desses;
8. Ampliar as ações de proteção das áreas ambientalmente frágeis, sabidamente suscetíveis à riscos, ampliando a oferta de terra urbanizada propícia à moradia digna;
9. Implementar e efetivar a ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social como uma política pública nacional, reservando e garantindo recursos financeiros específicos destinados à ATHIS, proporcionais à imensa demanda em todo o território nacional, sejam em áreas urbanas, áreas metropolitanas ou áreas rurais;
10. Em relação a essas mudanças climáticas e perante a potencialidade dos descompassos ambientais e riscos climáticos, é necessário, indiscriminadamente, garantir o direito básico humano à vida, atentando para os amplos dados disponíveis quanto às fragilidades das mulheres, das populações

tradicionais e das diferentes características existenciais;

11. Ampliar os recursos para as áreas de pesquisas relacionadas às soluções e alternativas habitacionais, infraestruturas e ambientais;
12. Ampliar os recursos destinados ao Programa MCMV Entidades.
13. É necessário garantir o diálogo com as comunidades mais vulneráveis de forma a criar ações de prevenção e, ao mesmo tempo, espaços de escuta de quem conhece a realidade do local onde moram e sofrem frequentemente problemas decorrentes da falta de ações de controle e prevenção.